

## ENTRE LIVROS DE “DOCTRINA CRISTÃ” E “HISTÓRIA”, AS CONTRIBUIÇÕES DO CONEGO PINHEIRO NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XIX

Giselle Baptista Teixeira – UERJ<sup>1</sup>

Eixo 3 - Cultura e práticas escolares

Segundo Gondra (2005), no Brasil o fenômeno da educação adquiriu maior volume e densidade ao longo do século XIX, constituindo-se no século da “invenção” da forma escolar moderna<sup>2</sup>. A escola era considerada um importante instrumento para a moralização, civilização, e conseqüente controle da população existente. Nesse sentido, uma série de estratégias foram elaboradas com o intuito de colocar em prática o funcionamento desta forma escolar, e dentro delas, o livro foi percebido, e eleito, como um significativo colaborador das autoridades governamentais, já que ele poderia estar presente no interior dessas instituições, seja com o aluno, seja com o professor subsidiando suas aulas, funcionando como uma espécie de veículo de circulação e inculcação de saberes bem determinados.

Trabalhando com este entendimento, visa-se, por meio de um estudo acerca desses objetos, contribuir para a análise da constituição da escolarização e dos saberes pedagógicos em construção neste período. Buscando o melhor conhecimento sobre as relações nas quais estavam envolvidos os livros escolares da Corte, procuro, neste momento, aprofundar os estudos acerca de compêndios produzidos por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, autor de significativa repercussão nesse tempo e espaço.

### **O autor e suas obras**

Segundo o Dicionário Sacramento Blake, Fernandes Pinheiro foi “um dos brasileiros que melhores serviços prestaram às letras pátrias e ao magistério superior”, descrição esta que já nos alerta para o significativo prestígio conquistado pelo autor, ao menos no campo educacional. De acordo com este mesmo dicionário, este autor, no ano de 1848, recebeu as

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Este estudo foi produzido no âmbito do projeto de pesquisa “Escolarização e governo das multidões: análise do processo de disseminação de escolas, materiais e práticas educativas na Corte imperial (1854-1863)”, coordenado pelo professor José Gondra, do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE) da UERJ.

<sup>2</sup> Gondra (2005), nos esclarece que esse modelo de intervenção na ordem social pode ser descrito como um dispositivo que separa crianças, jovens e adultos de seus núcleos sociais primários para recolhê-los, por um determinado número de horas e dias do ano, segundo uma rotina programada para cada dia, o que implica na submissão dessa população à autoridade de um ou mais professores, sob cuja responsabilidade repousava (e repousa) a disseminação de saberes bem determinados, a partir de uma seqüência prevista, com base em procedimentos igualmente calculados.

ordens de presbítero, sendo anos depois nomeado Cônego de Capela Imperial. Lecionou no Seminário Episcopal do Rio de Janeiro, e doutorou-se em Teologia, em Roma. Exerceu também os cargos de Reitor e Capelão do Instituto de Meninos Cegos, professor da cadeira de retórica e poética do Colégio Pedro II e de teologia e moral do Seminário de São José.

Fernandes Pinheiro também foi comendador da Ordem de Cristo; sócio e 1º secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se acha colocado seu busto como reconhecimento dos “importantes serviços que prestou a essa associação”; membro do Instituto da França, da Academia das Ciências de Madrid e Lisboa, e da Sociedade de Geografia de Paris e Nova York, cargos estes que indicam sua ampla circulação por diversos locais do mundo e que nos ajudam a entender o “prestígio” conquistado no Brasil, já que havia na época uma grande valorização das idéias educacionais advindas do estrangeiro, principalmente de países europeus. Com tais atuações e ocupações nesses variados espaços, podemos considerar Fernandes Pinheiro, de acordo com a definição de Nunes (1995), como um típico intelectual do século XIX.<sup>3</sup>

O referido autor produziu um expressivo número de obras que se destinavam ao uso escolar no século XIX<sup>4</sup>, das quais foi possível encontrar preservadas no Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional (BN), o “Catecismo da Doutrina Christã”, “Episódios da História Pátria”, “História do Brasil contada aos meninos por Estácio de Sá”, e “Apontamentos Religiosos”. Preservação esta que contribuiu para sua eleição no presente trabalho, ao permitir o andamento da pesquisa, que se iniciou a partir de documentos localizados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) referente a seus livros. As duas primeiras obras citadas foram aprovadas pelo Governo Imperial para uso nas escolas da Corte, fato que se torna ainda mais relevante quando se considera que nesta época funcionava um rigoroso controle do que poderia ou não ser utilizado nesses espaços, controle expressado, por exemplo, por meio das leis que regulamentavam a instrução neste período.

### **A regulação da posse do livro**

---

<sup>3</sup> Segundo Clarice Nunes (1995), ser um intelectual típico, no final do século XIX, é falar de um ponto de vista particular: da elite branca, proprietária e letrada, com uma atitude intelectual característica, iluminista. É também possuir uma atuação polivalente (...). É participar de um espaço de eleitos, escolhidos a partir de suas relações sociais que, sem vivenciar debates universitários – pois ainda se discutia a criação de uma universidade no Brasil –; faziam parte de instituições criadas nos moldes das academias ilustradas européias, ou viviam à sombra delas.

<sup>4</sup> Entre os livros produzidos pelo Cônego Pinheiro destinados as escolas, encontra-se a “Grammatica da infância”, “Resumo da história contemporânea”, “Postillas de rhetorica e poetica”, “Lições elementares de geographia”, “História do Brasil contada aos meninos”, “Grammatica theorica e practica da língua portugueza”, e “Catecismo Constitucional”.

Os anos de 1854 a 1878 foram regidos pela lei que teve grande impacto na Corte Imperial, a Lei de 17 de Fevereiro de 1854, pela qual se pretendia organizar a instrução, que foi elaborada na gestão do então Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

Dentro deste novo esquema de organização e “controle” da instrução, os livros não ficavam de fora, pois desde sua elaboração, eles cumpriam um rigoroso percurso que ia do autor ao Conselho Diretor de Instrução para, então, poder chegar às salas de aula. De acordo com a Lei de 1854, a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC) possuía, dentre outras, a função de rever os compêndios adotados nas escolas públicas, corrigi-los e fazê-los corrigir, e substituí-los quando necessário. Este órgão também era responsável pela convocação do Conselho de Instrução Pública, que deveria examinar os melhores métodos e sistemas práticos de ensino, bem como, designar e rever os compêndios utilizados nas escolas.

Antes de serem aprovadas, as obras eram encaminhadas pelo Conselho a pessoas consideradas “idôneas” e que fossem de confiança das autoridades, sendo uma significativa parcela desses sujeitos composta por professores públicos, para que pudessem fazer sua avaliação, aprovando somente obras que estivessem de acordo com os interesses do poder vigente. Ao mesmo tempo em que previa a regulação, o governo incentivava a criação destas obras ao garantir prêmios às pessoas que compusessem compêndios para uso das escolas e aos que melhor traduzissem os publicados em língua estrangeira, conforme consta nos artigos 56° e 95° deste regulamento<sup>5</sup>. Fernandes Pinheiro, em ofício emitido em 1867 ao então Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte Joaquim Caetano da Silva, por exemplo, insiste em cobrar o prêmio a que tinha direito, recorrendo à lei como amparo para seu pedido, explicando que:

Em data de 19 de fevereiro do corrente anno enderecei ao Governo Imperial uma petição para que mandasse dar o prêmio, assegurado pelo artigo 56 do Regulamento de 17 de fevereiro de 1854, em razão de ser eu o auctor das “Histórias Sagradas” e “Contemporânea”, adoptadas para o ensino do Imperial Collegio de Pedro II. Contou-me pouco tempo depois a meu requerimento fora a informar ao Conselho

---

<sup>5</sup> Conforme consta nos artigos 56° e 95° deste regulamento: **Art. 56** - Nas escolas publicas só podem ser admittidos os livros autorisados competentemente. São garantidos premios aos professores ou a quasquer pessoas que compuzerem compêndios ou obras para uso das escolas, e aos que traduzirem melhor os publicados em língua estrangeira, depois de serem adoptados pelo Governo, segundo as disposições do Art. 3° (4° combinadas com as do Art. 4°). A adopção de livros ou compendios que contenhão matéria do ensino religioso precederá sempre a approvação do Bispo Diocesano. **Art. 95** - O Governo garante prêmios na conformidade da 2ª parte do Art. 56 aos que compuzerem ou traduzirem compêndios, os quaes serão sujeitos á disposição do (4° do Art. 3° combinada com a do Art. 4°).

Director da Intrucção Publica, e como até agora não haja a secretaria do Império recebido a mencionada informação, vou por meio d'esta rogar a V. Ex<sup>a</sup> que se sirva de submeter à minha petição ao Conselho, amparando-a com valiosa. da sua sempre generosa protecção.

(AGCRJ, Códice: 11.2.26)

De acordo com o já mencionado Art. 56, a adoção de livros que contivessem matéria do ensino religioso ficava a cargo da igreja católica, que era responsável pela aprovação de tais obras.

No material pesquisado do AGCRJ verifica-se também que, ou por já estar especificado em ofícios de professores e delegados de províncias, ou pelas quantidades requeridas, muitos livros eram pedidos para uso dos próprios alunos nas escolas. Entre os mais recorrentes no período de 1854 a 1878 é possível destacar os seguintes:

**Tabela I - Livros utilizados pelos alunos (1854 a 1878)**

<b>LIVRO</b>	<b>AUTOR</b>
Aritmética	José Joaquim d' Ávila
Aritmética	Manoel José Pereira Frazão
<b>Cathecismo</b>	<b>Cônego Fernandes Pinheiro</b>
Epítome da historia do Brasil	José Pedro Xavier Pinheiro
<b>Episódios da historia pátria</b>	<b>Cônego Fernandes Pinheiro</b>
Fábulas	Justiniano José da Rocha
Grammatica portugueza	Cyrillo Dilermando da Silveira
História universal	Pedro Parley
Lições de história do Brasil	Joaquim Manuel de Macedo
Livro de meninos	Antonio Rego
Metrologia	Lossie

Há uma série de relações que podem ajudar a explicar o porquê de um livro, durante um determinado período, ser significativamente solicitado para uso dos próprios alunos nas escolas, principalmente em uma época na qual estudos indicam que havia uma forte carência de materiais escolares, incluindo os livros em quase todas as escolas brasileiras<sup>6</sup>. Desta maneira, o fato de Fernandes Pinheiro aparecer com dois de seus livros com ampla recorrência para uso nas escolas primárias da Corte, aguçou o interesse em investigar quais as relações que permitiram tal acontecimento.

---

<sup>6</sup> Sobre este tema consultar MARTINEZ, A. (1998).

## **Contribuições de Pinheiro nos livros destinados ao ensino de história**

Tanto o livro “Episódios da História Pátria”, como o “História do Brasil contada aos meninos por Estácio de Sá”, possuíam um formato similar ao de vários outros da época, ou seja, sendo caracterizados como pequenos livros de capa dura e verde, que devido ao tamanho, poderiam ser facilmente carregados por quem desejasse, sendo, deste modo, de fácil manuseio. Este modelo de compêndio pode ser entendido como uma estratégia dos produtores dos livros e das autoridades governamentais, para que tais obras pudessem ser mais difundidas e consultadas pelos sujeitos que delas se apropriassem.

O primeiro, como já mencionado, foi aprovado e adotado pelo Conselho Diretor de Instrução Pública, trazendo tal informação em sua capa como uma tática de valorização da obra. Sua primeira edição deu-se no ano de 1859, tendo um total de 11 edições, sendo a última publicação do ano de 1892, o que demonstra sua ampla circulação. A edição analisada, do ano de 1860, contém um total de 173 páginas, sendo publicada pela editora B. L. Garnier. Com um total de 30 lições<sup>7</sup>, traz também um “Juízo do Sr. I. Norberto de S. S.”, com a informação de que o mesmo foi extraído da “Revista Popular” de 5 de janeiro de 1860. Neste juízo, o mencionado autor nos diz que a obra de Pinheiro “(...) é a melhor que possuímos em seu gênero”, e ao finalizar seu parecer diz: “Seja bem vindo às escolas brasileiras o novo opúsculo do illustre escriptor! Nacionalise-se tudo entre nós sem exceção da própria leitura (...)”. Tal opinião trazida por Norberto, expressa a idéia de um projeto existente de valorização e construção de uma identidade nacional. Projeto no qual, segundo Shueler (2002):

(...) se passava à valorização e à construção de representações sobre a nacionalidade, através da produção e da divulgação de saberes sobre aspectos da natureza e da cultura, dos povos e das “raças”, suas origens étnicas, a miscigenação, além da produção de um conhecimento histórico reificante e heróico sobre a pátria, ressaltando-se a formação política e social do *brasileiro* – conhecimento que, aliás, vinha sendo, desde meados do século XIX, parte da produção oficial do Império,

---

<sup>7</sup> As lições se intitulavam, respectivamente, de: “Descobrimto do Brasil”, “O caramuru”, “Martim Affonso de Souza, fundação de São Vicente”, “Estabelecimento de Villegaignon”, “Armisticio de Iperohy”, “Fundação do Rio de Janeiro”, “Incêndio de São Vicente – Saque do Recife”, “Os francezes do Maranhão”, “Tomada e Restauração da Bahia”, “Invasão dos Hollandezes em Pernambuco”, “Traição de Calabar – Vantagens dos Holandezes”, “Emigração Pernambucana - Surpreza de Porto-Calvo”, “Viagem de Pedro Teixeira pelo Amazonas”, “O conde Maurício de Nassau – Gloria dos Hollandezes”, “Amador Bueno ou a Fidelidade Paulistana”, “Insurreição Pernambucana”, “Batalha dos Guararapes – Capitulação do Taborda”, “O Bequimão”, “Os Palmares”, “Os Paulistas e os Emboabas”, “Expedições de Duclere e de Duguay Trouin”, “O Anhangüera ou o descobrimto de Goyaz”, “Sublevação das missões d’Uruguay”, “Invasões Hespanholas”, “Conspiração do Tiradentes”, “Chegada da Família Real”, “Guerra de Artigas – incorporação de Montevidéo”, “Revolução de Pernambuco”, “Regresso de El-Rei”, “Proclamação da Independência e do Império”.

com o financiamento das pesquisas e das publicações do *Imperial Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

A esse respeito, Pinheiro nos diz em seu prólogo que reconhece a necessidade de dar aos meninos noções rudimentares da história nacional, iniciando-os nas glórias e também nos revezes pátrios, mas de modo agradável, “apresentando-lh’os como uma grinalda histórica, ou uma galeria de quadros em que vejam traçados os mais memorandos sucessos. Creio que será esta a mais útil das leituras que se lhes possam oferecer”.

Já em relação ao livro “História do Brasil contada aos meninos por Estácio de Sá”, não há informações de que tenha sido aprovado para uso nas escolas primárias, no entanto, de acordo com o Dicionário Sacramento Blake, o mesmo teve um total de cinco edições, sendo a primeira do ano de 1870. Pude localizar na BN a 3ª edição “correcta e augmentada”, de 1880. Com um total de 323 páginas, este compêndio é dividido em 28 itens, nomeados como 28 leituras<sup>8</sup>, sendo que no final de cada uma delas, há uma parte intitulada “Duvidas e Explicações”, na qual há um diálogo entre os personagens do livro sobre o tema abordado. Em seu prefácio, Pinheiro nos explica que as lições presentes nesta obra levam seu nome, mas foram produzidas por “um velho militar reformado”, a quem chama de Maurício, que se propôs, devido à falta de meios, ensinar a seus filhos, Eugenio e Mauricio, “tudo quanto sabia”. Segundo Pinheiro, Mauricio escrevia de noite a lição que deveria ser dada no dia seguinte, e recomendava aos filhos que expusessem todas as dúvidas surgidas, que depois de resolvidas, “erão additadas às leituras”. O autor explica que:

N’uma das minhas ultimas excursões pelo interior da província de Minas tive occasião de travar conhecimento com o referido Mauricio, e mostrando-me elle os cadernos por onde ensinava a história do Brasil a seus filhos, fiquei tão encantado da excellencia de seu methodo, que lhe aconselhei tornasse-o extensivo aos nossos jovens compatriotas. Relutou Mauricio por muito tempo, até que a final, vencido pelas minhas rogativas, consentio que fossem suas leituras confiadas ao prelo com a responsabilidade do meu nome.

---

<sup>8</sup> As leituras se intitulavam, respectivamente, de; “Dos indígenas do Brasil”, “Caracteres, crenças, usos e costumes dos Tapuyas”, “Crenças religiosas dos Tupys”, “Solemnidades dos Tupys”, “Usos, costumes e artes dos Tupys”, “Descobrimientos do Brasil”, “Primeiras explorações”, “Expedição de Martin Affonso de Souza – Primeiros Donatários”, “Governos Central da Bahia – Os primeiros jesuítas”, “Fundação da cidade do Rio de Janeiro”, “Piratarias dos Inglezes no Brasil”, “Os francezes no Maranhão”, “Tomada e restauração da Bahia”, “Invasão e estabelecimento dos Holandezes em Pernambuco”, “Prosperidade do Brasil Hollandez – Governos de Mauricio de Nassau”, “Insurreição pernambucana – Expulsão dos Holandezes”, “Revolta de Manoel Beckman no Maranhão”, “Destruição do Palmares”, “Guerra Civil entre os Paulistas e os Emboabas”, “Novas invasões dos Francezes no Rio de Janeiro”, “Sublevação das missões do Uruguay – Expulsão dos jesuítas”, “Invasões hespanholas”, “Conspiração dos Tiradentes”, “Chegada da família – Governos de D. João VI no Brasil”, “Regresso d’ El-Rei – Proclamação da Independência do Império”, “Reinado de D. Pedro I – Abdicação”, “Reinado de D. Pedro II – Menoridade”, “Reinado de D. Pedro II – Maioridade”.

Com este prefácio, Pinheiro explica como se deu a produção deste livro, que assim como muitos livros de História do período estudado, visavam à construção um determinado projeto de Estado-Nação, a construção de uma identidade nacional, fato possível de se observar, pelos temas escolhidos para sua composição.

### **A “doutrina christã” do Cônego Pinheiro**

Como já citado neste estudo<sup>9</sup> o “Catecismo da Doutrina Christian” composto por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro foi um dos livros mais solicitados para uso nas escolas primárias da Corte. Nesse sentido, uma pergunta se faz necessária, o que fez com que tal compêndio fosse amplamente requerido? A primeira hipótese para tal questão, encontra-se em sua própria autoria. O fato deste autor ser Cônego da igreja católica, nos ajuda a compreender a significativa requisição de sua obra, já que, como mencionado, a própria regulamentação do Município previa que os livros destinados ao ensino da religião deveriam ser previamente aprovados por esta igreja, que, muito provavelmente, privilegiava seus membros em tal avaliação, na medida em que produziram textos de acordo com seus interesses, dentre os quais a conquista de fiéis ocupava um lugar central.

Esta obra possuiu doze edições, e antes de ser aprovada para uso das escolas primárias da Corte, foi destinada aos alunos do Imperial Instituto dos meninos cegos, do qual o autor era Reitor. A edição da qual tive acesso no Setor de Obras Raras da BN, foi publicada no ano de 1857, e traz uma dedicatória ao então Ministro e Secretário dos Negócios do Império Luiz Pedreira de Couto Ferraz. Esta prática de dedicar o livro a alguma autoridade governamental pode ser vista como uma estratégia dos autores que os ofereciam e faziam elogios a alguma autoridade, com a intenção de uma mais fácil aprovação.

Juntamente a esta dedicatória, há em suas páginas iniciais a publicação do parecer sobre o livro. A curiosidade de tal documento encontra-se no fato de que o parecer foi emitido pelo também membro da igreja católica, o Bispo do Rio de Janeiro, Conde de Irajá, o que reforça ainda mais a idéia dos jogos de interesse presentes nas aprovações dos compêndios, já que, juntamente ao fato de sua posição, Pinheiro, no ano de 1848 após receber as ordens de presbítero, foi secretário particular do Conde de Irajá, comprovando, desta forma, a íntima ligação existente entre eles.

---

<sup>9</sup> Ver tabela I

A obra também se caracteriza por ser um pequeno livro, com um total de 141 páginas, de capa dura e verde com o símbolo do Império. Dividia-se em quatro partes que se intitulavam respectivamente de: “história”, com um total de 23 lições; “dogma”, com 6 lições; “moral”, com 4 lições; e “culto”, com 12 lições<sup>10</sup>. Para o Bispo do Rio de Janeiro em parecer emitido, o Cônego Pinheiro:

(...) considerou a Religião Christan sob quatro aspectos da sua Historia, Dogma, Moral e Culto, e d'entre os variados objectos, que cada uma d'essas divisões abrange, V.S. escolheu para resumir os principaes e mais notáveis, que expõe com uma brevidade, clareza e precizão inimitáveis, e não menos lhe são próprias. V.S. não seguiu o methodo vulgar entre os escriptores de cathecismos de perguntas e respostas; estabeleceu breves theses, ou pontos necessários em um cathecismo, e deixar que os alumnos, depois d' estudado esses pontos tão simples, elles mesmos por si, e exercitando-se, dessem as convenientes respostas, e para isto offereceu-lhes um questionário no fim de cada lição. Enfim eu não vejo no cathecismo senão motivos para a sua geral aceitação, ordem, estylo, sobretudo (e o que é mais apreciável) a estricta doutrina catholica.

A primeira edição desta obra deu-se no ano de 1855, e apesar de não ser possível localizar o ano de sua última edição, foi possível descobrir que sua oitava produção ocorreu em 1882 também pela B. L. Garnier. Sabendo que ela possuiu, como já citado 12 edições, é possível supor que sua fabricação tenha ido além do período imperial. Outra informação significativa trazida pelo Dicionário Sacramento Blake, refere-se ao fato de que as últimas edições da obra foram corrigidas e aumentadas por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Júnior, sendo este, pelo sobrenome, um possível parente do Cônego Pinheiro, que veio a falecer quando sua obra ainda encontrava-se na sétima publicação, no ano de 1876.

Já o segundo livro analisado de Pinheiro destinado ao ensino da doutrina cristã, “Apontamentos religiosos”, tinha o objetivo, segundo o autor, de “(...) contribuir com meu fraco contingente para as úteis e necessárias reformas, que altamente reclama a igreja brasileira”. O que o levou a “(...) escrever este opusculo, onde com rude franqueza esponho os remédios, que no meu fraco entender se poderiam desde já applicar (...)”.

---

<sup>10</sup> As lições se intitulavam, respectivamente, de: Da criação, Do peccado ao primeiro homem, Caim e Abel – Primeiro Homicídio, Corrupção Geral – Deluvio, Torre de Babel, Vocação D’ Abrahão. Ismael e Isaac, Esau’ e Jacob, Joseph no Egipto, Moysés, Viagem pelo Deserto, Entrada pra terra de chanaan, Governo dos anciões e dos juizes, Realiza em Israel, Schisma Samaritano, Captiveiro de Babylonia, Os prophetas, Volta do captiveiro, Os machabeos, Nascimento de Jesus-Christo, Baptismo e pregação de Jesus Christo, Paixão e morte de Jesus Christo, Resurreição e ascensão de Jesus Christo, Da tradição e da Escriptura, Da igreja, Da trindade, Da comunhão dos Santos, Da Remissão dos Pecados, Da ressurreição da carne e da vida eterna, Dos mandamentos da Lei de Deus, Dos mandamentos da Igreja, Das virtudes, Dos conselhos Evangélicos e das Bemaventuranças, Do culto, Da graça, Da oração, Dos Sacramentos, Do Baptismo, Da confirmação, da Eucharistia, Da Penitencia, Da Extrema – unção, Da ordem, Do matrimonio, Das festas do anno.

Tal obra foi produzida no ano de 1854, possuindo um total de 51 páginas e oito partes<sup>11</sup>, traz também uma introdução e uma dedicatória ao então Conselheiro Euzébio de Queiroz Coutinho Mattozo.

Na introdução, Pinheiro nos informa que este livro foi fruto de viagens feitas a países da Europa que o inspirou a propor algumas medidas que julgava conveniente para melhorar o estado da igreja católica, mostrando o “que tem praticado países mais adiantados do que nós na estrada da civilização”. Informa também, que tal viagem só foi possível devido à licença concedida por Sua Magestade Imperial. Já na dedicatória feita a Euzébio de Queiroz, o agradece por sua posição ocupada que o habilitou “(...) para ir examinar por mim mesmo as fontes do saber humano, estudar o catholicismo em seu foco luminoso, interrogar as instituições religiosas nas pessoas de seus mais exímio representantes (...)”.

Por meio das informações trazidas por Pinheiro, é possível perceber as íntimas ligações entre a igreja católica e o governo imperial neste período, ligações estas demonstradas, por exemplo, pelas leis que regulamentavam a instrução, pelas quais o ensino da moral e da religião deveria fazer parte do currículo oficial das escolas brasileiras. De acordo com Bittencourt (1993), estando o poder educacional dividido entre o Estado Civil e a Igreja Católica, o livro escolar desempenhava um papel fundamental na concretização dos projetos educacionais de ambos, ficando, por isso, sujeito aos interesses dessas forças.

### **Considerações Finais**

A posição de Fernandes Pinheiro na sociedade, a de Cônego, as funções ocupadas, as relações que manteve ao longo de sua vida, e sua significativa quantidade de compêndios publicados com boa aceitação no período oitocentista, reforça a idéia de que a produção de livros faziam, e fazem, parte de um jogo de relações de poder, que devem ser escavadas para o melhor entendimento da emergência e da permanência do livro dentro de uma determinada sociedade e cultura escolar.

Para exercer as funções atribuídas aos livros, havia a necessidade de que algumas estratégias fossem criadas, e entre essas, uma que ficou evidente na análise das obras estudadas, foi à forma que possuíam, que, em sua maioria, correspondia a um pequeno formato, como um livro de bolso, sendo, muito possivelmente, projetado propositalmente

---

<sup>11</sup> Tais partes se intitulam, respectivamente de: “Reacção catholica”, “A concordata da Santa Fé”, “Faculdade de Theologia”, “Seminarios”, “Nova circumscripção das dioceses”, “Parochias”, “Fabricas e policia interior dos templos”.

desta maneira para que pudessem ser mais facilmente transportados e consultados pelos diferentes sujeitos que deles se apropriassem. Deste modo, esperava-se que a “doutrina” neles presentes fosse mais facilmente divulgada e consumida pelos seus leitores. Em relação a esta questão, Chartier (1999), alerta que é preciso levar em conta que as formas produzem sentidos, já que contribuem para modelar as expectativas do leitor, além de convidar à participação de outros públicos e incitar novos usos. Portanto, as formas dos livros comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis.

### **Referências bibliográficas**

- BLAKE Sacramento. *Diccionario biobliographico do Brasil*. RJ: Imprensa Nacional, 1899.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: Tese de Doutorado, 1993.
- GONDRA, José. *Escolarização e Governo das multidões. Análise do processo de disseminação de escolas, materiais, e práticas educativas na Corte Imperial (1854-1863)*. RJ: UERJ. Projeto de Pesquisa, 2005.
- MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução pública na Corte Imperial (1870-1889)*. Niterói, RJ: UFF. Dissertação de Mestrado, 1998.
- NUNES, Clarice. *A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.93, maio 1995.
- SCHUELER, Alessandra. *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representação, experiência e profissão docente nas escolas públicas primárias - (1870-1890)*; Rio de Janeiro, Tese de Doutorado: UFF, 2002.
- TEIXEIRA, Giselle Baptista. *Caminhos do saber escolarizados: Produção, controle e circulação de livros nas escolas primárias da Corte Imperial*. Monografia de término de curso, Faculdade de Educação UERJ. 2005.

### **Fontes Manuscritas**

Setor de Documentação Escrita do AGCRJ: Série de Instrução Pública

#### **Códices:**

11.1.11 – Aprovação de livros - 1858

11.1.16 – Adoção de livros – 1859

11.2.12 – Contas; Representações contra professores; Prédios; Aluguéis; Contratos e outros papéis; Inventários das Escolas; Livros e métodos de ensino; Diplomas; Procuções e justificações; Ofícios. 1865

11.2.26 - Ofícios diversos – 1867

11.4.21 – Obras e publicações – 1874 a 1877